

AS AÇÕES DOS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO NO BAIRRO CIDADE NOVA - SERRINHA – BA

ARLETE DOS SANTOS SENA

Graduanda em Geografia/UNEB/CAMPUS XI
arlete_geografia@yahoo.com.br

RICARDO BAHIA RIOS

Mestre em Geografia pela UFBA
Professor da UNEB/CAMPUS XI
rbrios@uneb.br

RESUMO: A produção do espaço urbano resulta de um processo de desenvolvimento social, no qual diferentes agentes desempenham seus papéis, cada qual marcando sua intervenção de acordo com seus próprios interesses e objetivos. Assim, este artigo pretende identificar as principais ações empreendidas pelos agentes produtores do espaço na produção do bairro Cidade Nova no município de Serrinha - BA. Baseou-se na hipótese de que a produção do espaço urbano da Cidade Nova é resultado de ações das esferas pública e privada que objetivavam a reprodução do capital, o que se refletiu nas diferentes formas de produção e/ou organização espacial do bairro.

Palavras – chaves: Produção do Espaço Urbano; Agentes Produtores do Espaço; Bairro Cidade Nova.

INTRODUÇÃO

O espaço é produzido socialmente, e essa produção ocorre paralela à produção dos bens materiais essenciais à sobrevivência do homem. Entendido como um produto social, o espaço adquire assim, as características do grupo que o criou. Como neste caso trata-se de uma sociedade capitalista, dividida em classes, o mesmo encontra-se segregado residencialmente e de forma desigual.

Assim, o espaço urbano e sua produção são objetos de estudos da Geografia, que aborda a constante reconfiguração do espaço em seus diversos recortes espaciais e temporais. Haja vista que, o espaço urbano é produzido pela sociedade – em suas diversas facetas –, incorporando novas áreas, reordenando as já incorporadas, e criando

a infra-estrutura adequada à satisfação de suas necessidades, organizando-o para o seu cotidiano. Então, a expansão ou reordenação urbana, um produto social, fruto da estrutura e dos processos sociais (SANTOS, 1978) que, é realizada por agentes “concretos”, que produzem e consomem espaço, cuja ação é “complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe que dela emergem” (CORRÊA, 2000, p.9). Estes agem dentro do marco jurídico vigente e das condições econômicas convenientes, moldando a cidade conforme seus interesses. Esses agentes são identificados por Corrêa (2000) como: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado, e os grupos sociais excluídos.

A atuação desses agentes requer estratégias que viabilize a produção e a reprodução do fenômeno urbano com características peculiares, aspectos e significados diferentes (CARLOS, 2001). Nesse sentido, a especificidade da dinâmica da produção espacial de cada bairro, suas características históricas, econômicas e políticas, pode-se identificar um grupo de agentes produtores do espaço urbano. Tendo em vista que,

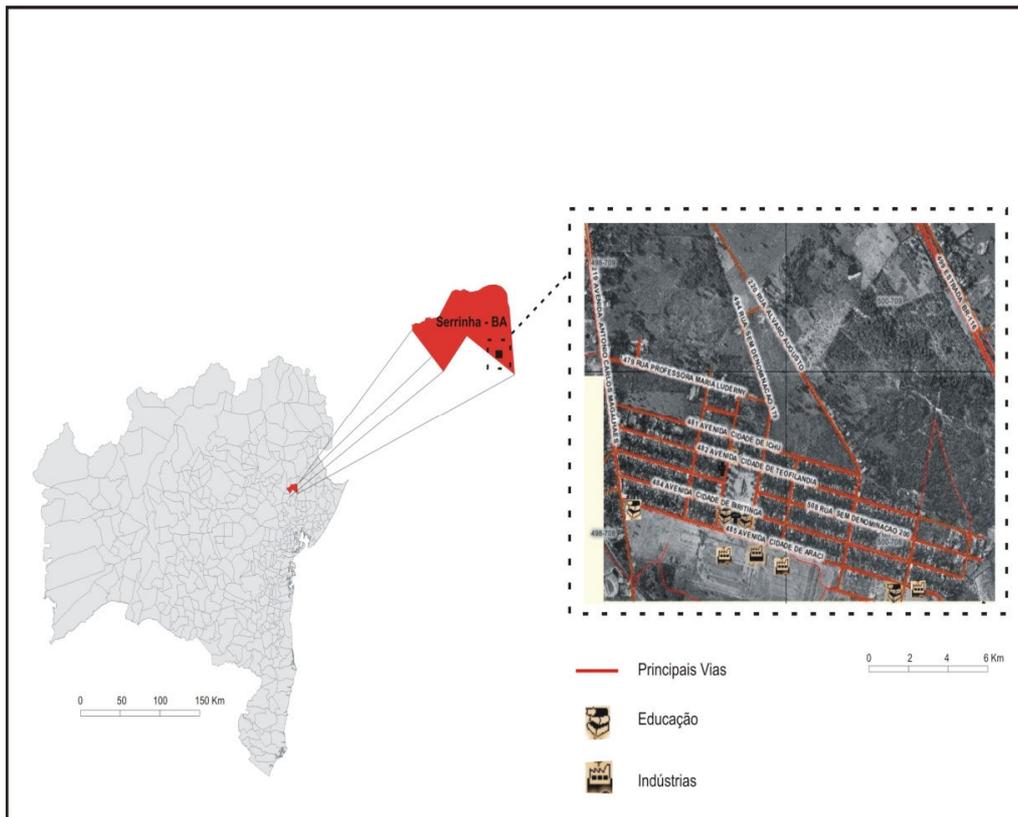
[...] o espaço urbano é a expressão de um processo e da combinação ou articulação de ações dos diversos agentes produtores de espaço urbano [...] entender tal processo, torna-se necessária uma reflexão acerca das relações sociais que acabam por fazer com que determinado espaço se apresente com uma determinada forma. Em outras palavras, compreender a configuração espacial da cidade implica necessariamente em tentar compreender os processos sociais que engendram esta forma espacial (CARLOS, 2001, p.83).

Nesse sentido, o espaço caracteriza-se como um lugar de produção, resultado do trabalho e das práticas sociais envolvendo todos os agentes nele relacionados, que estão em constante transformação, sendo o espaço urbano a materialização da ação destes agentes produtores.

Destarte, essa materialização reflete o poder exercido pelo Estado e pelo capital sobre a sociedade, resultando numa construção que é fruto de uma história concreta, a qual, na maioria das vezes, baseia-se na concentração de capital, do poder econômico e do poder político nas mãos de poucos, resultando na segregação e desigualdade social.

Com base nestas observações, torna-se importante trabalhar a escala de um bairro, a Cidade Nova¹, localizado na parte sul do município de Serrinha- BA (Figura 1), objeto de análise deste estudo e reduto de inúmeras relações sociais empreendidas pelo homem.

Figura 1 - Localização do bairro Cidade Nova



Fonte: CONDER, 2008.

Adaptação: Arlete dos Santos Sena, 2009.

Através da compreensão da ação dos agentes sociais que produzem o espaço da cidade, compreendemos o próprio bairro e, dialeticamente, voltamos à compreensão dessa mesma sociedade, em sua essência. Haja vista que, o homem ao longo de sua história, tem transformado a natureza buscando satisfazer suas necessidades. E, como as necessidades humanas variam no tempo e no espaço, ou melhor, varia de sociedade para

¹ O bairro Cidade Nova limita-se ao norte com o conjunto habitacional Urbes I; ao sul com o povoado Boa Esperança; ao oeste com o bairro Matadouro e ao leste com a BR 116 Sul.

sociedade, pode-se afirmar que a produção do espaço urbano depende em grande parte das ações humanas que deixam suas marcas, constituindo dessa forma o seu espaço.

Nesse sentido, para identificar as principais ações empreendidas pelos agentes sociais no processo de produção do bairro Cidade Nova, fez-se necessário analisar tanto o cunho teórico quanto o empírico de sua produção espacial. Para isso, foram consultadas algumas fontes bibliográficas durante a pesquisa, como também realizou um levantamento de dados primários e secundários acerca do bairro em questão.

OS PRINCIPAIS AGENTES PRODUTORES DO BAIRRO CIDADE NOVA

O bairro Cidade Nova (Figura 2) iniciou sua ocupação espacial em meados do século XX, em um povoado que dava assistência aos viajantes que se dirigiam para o núcleo serrinhense e que a partir da década de 1970, passou por um processo de ocupação contínuo que resultou num crescimento populacional expressivo, passando de espaço rural para espaço urbano em apenas duas décadas após o seu surgimento.

Figura 2- bairro cidade nova



Fonte: VIA UNO, 2002

Assim, não podemos dissociar o processo de urbanização da produção do espaço urbano, pois qualquer ação dos agentes sociais neste espaço constitui um processo de organização espacial, seja através do processo de expansão urbana, seja através de ações de melhorias de infra-estrutura etc.

Nesse sentido, buscam-se neste item entender como ocorreu e ocorre a produção e organização do espaço urbano Cidade Nova, sob a ação dos seguintes agentes produtores do espaço: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 2000).

Os proprietários dos meios de produção

Na sociedade capitalista as fábricas representam pontos concretos e individualizados do processo produtivo, as causas e efeitos do concreto e individual localizado num determinado ponto do espaço. Elas resultam do processo combinado e articulado de forças econômicas, políticas e sociais que nem sempre se manifestam no espaço. A compreensão da produção do espaço sob a influência da indústria exige o entendimento destas forças na dinâmica do bairro Cidade Nova. Haja vista que, os grandes industriais, proprietários dos meios de produção, interferem na organização e produção do tecido urbano (SOUZA, 2003).

Assim entendida, a ação do capital através da indústria subordina a produção e a organização do espaço a seus ditames, desde a instalação do distrito industrial até o empreendimento de loteamentos, atividades comerciais e serviços. Uma gama de atividades gravita em torno de tais indústrias e dela depende, ainda que também a indústria inicial dependa da atuação de seus tentáculos; as empresas menores, que vão surgindo para suprir as suas demandas. Institui-se uma teia em que unidades industriais e agências prestadoras de serviços mantêm-se coesas, em equilíbrio e dependência recíproca, e suas ações se refletem no espaço.

A ação da indústria no bairro Cidade Nova iniciou-se no século XXI, onde foram implantadas no bairro as fábricas de calçados VIA UNO, originada do Rio Grande do Sul (Figura 3), posteriormente, as fábricas de placas e reatores. Para esta instalação as fábricas contaram com uma série de vantagens, como incentivos fiscais, além de se localizarem próximo a BR-116 (PDDU/SERRINHA, 2002). Assim, os grandes proprietários industriais necessitam de terrenos baratos que satisfaçam requisitos locais pertinentes às atividades de suas empresas – infra-estrutura, mão-de-obra

em abundância e da ampla acessibilidade as vias de escoamento de seus produtos etc (CARLOS, 2001).

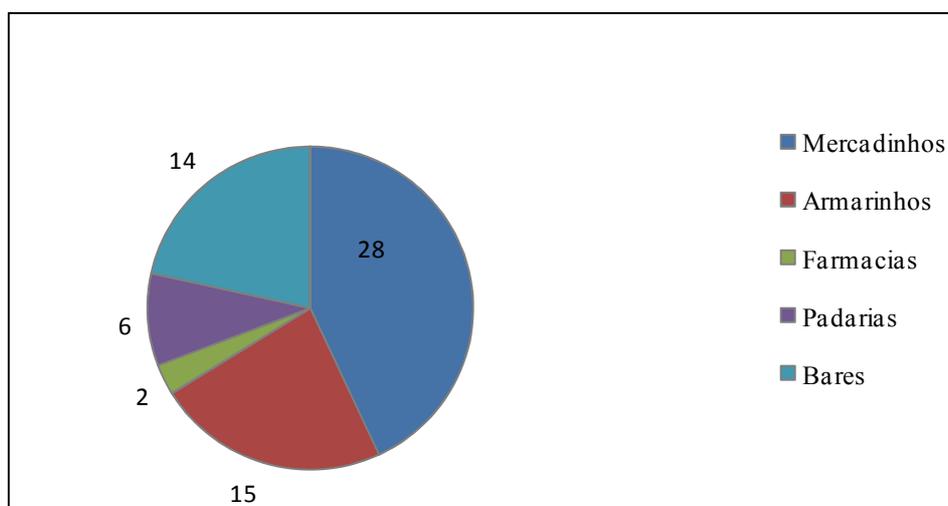
Figura 3 – Fábricas de Calçados VIA UNO



Fonte: Arlete dos S. Sena- pesquisa de campo 2009.

A partir daí, verifica-se que o fluxo migratório multiplicou-se, incentivada, principalmente, pela oferta de emprego que ocorria no bairro. Em decorrência disso, outros serviços foram gradativamente surgindo, como mercadinhos, armarinhos, farmácias, padarias, etc. Atualmente a Cidade Nova conta com sessenta e cinco estabelecimentos comerciais distribuídos em seu espaço (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Número de Estabelecimentos Comerciais do bairro Cidade Nova



Fonte: Pesquisa de campo 2008.
Elaboração: Arlete dos S. Sena.

Assim, a industrialização exerce uma função propulsora no processo de expansão urbana, propiciando o surgimento de loteamentos e invasões ao redor de sua área, assim como a constituição de subcentros comerciais e de prestação de serviços, ampliando a diferenciação funcional do local de implantação e dando-lhe uma nova dinâmica sócio-espacial (SOUZA, 1989).

A indústria é setor econômico que mais empregar no bairro em relação ao comércio e demais serviços (Tabela 1). Entretanto, a uma inversão no quadro econômico do município de Serrinha que tem no comércio/serviços o maior número de pessoas economicamente ativa e a maior participação no Produto Interno Bruto - PIB (PDDU, 2002).

Tabela 1 – Número de estabelecimentos e empregos por setor econômico no bairro Cidade Nova

Setor Econômico	Estabelecimento	Emprego
Comércio	65	980
Indústria	6	2.960
Serviços	16	79
Outros	20	36

Fonte: Pesquisa de campo, 2008

Elaboração: Arlete dos S. sena.

Os reflexos do processo de instalação dessas fábricas se manifestaram no bairro, condicionando sua forma de ocupação e expansão. Tendo em vista que, a configuração espacial do bairro até no final do ano de 2008, mostra a influência da indústria na produção do espaço urbano em algumas áreas distintas. A princípio, até este ano evidencia-se uma relação indústria-bairro uma vez que a maior parte das fábricas localizava-se na área sul da Cidade Nova, que foi se desenvolvendo inicialmente e proporcionando o desenvolvimento de seu entorno imediato e de outras áreas através da criação posterior de estabelecimentos comerciais. Cabe acrescentar ainda que, no contexto local, o setor secundário foi a principal causa da expansão urbana do bairro, pois o setor terciário, mostra-se mais eficiente no modelado do espaço central da cidade de Serrinha, principalmente no período atual.

Assim, o bairro em questão tem na indústria um dos principais, talvez o mais significativo agente produtor do espaço. Dos contornos do tecido urbano à inserção do

município no cenário produtivo regional, o capital, norteando o processo industrial, produziu e reproduziu formas, funções, estruturas e processos na Cidade Nova.

Os proprietários fundiários

Os proprietários fundiários têm importância fundamental no processo de expansão da malha urbana, assim como na ocupação das áreas já incorporadas pela cidade, pois como detentores da propriedade privada da terra, podem decidir sobre o momento ideal de disponibilizar seus terrenos ao mercado. Pode-se afirmar que esses agentes são responsáveis pelo equilíbrio entre demanda e oferta de solo urbano, privatizando as possibilidades de assentamento num espaço construído coletivamente (CORRÊA, 2000).

A estrutura fundiária formada por pequenas propriedades nos arredores do bairro Cidade Nova facilitou a expansão da malha urbana, sendo o loteamento de chácaras pelos próprios proprietários uma prática adotada com frequência. Nem sempre os novos loteamentos são empreendidos para atender a necessidades reais de falta ou escassez de solo urbano. Dentre as razões que motivam essa prática no referido bairro destacam-se:

- a) maior ganho imobiliário na conversão de terra rural em terra urbana;
- b) a dificuldade de praticar atividades agrícolas nas proximidades da cidade;
- c) a elevada quantidade de terrenos utilizados como reserva de valor nas áreas já loteadas.

A atuação dos proprietários fundiários na Cidade Nova iniciou-se no final dos anos 1970, quando alguns proprietários rurais lotearam suas propriedades anexas à malha urbana, modificando o desenho inicial da cidade delimitado pela Companhia de Habitação de Serrinha (COPESE), sem, no entanto, interromper a continuidade.

Nesse sentido, a implantação de áreas, normalmente conjuntos e loteamentos, deve ter como critério a ocupação dos vazios urbanos dentro das áreas urbanizadas, ou de áreas contíguas a elas com acessibilidade em relação ao centro, onde se concentram as principais funções da cidade - comércio, serviços, cultura – e equipamentos urbanos tais como escolas, creches, postos de saúde e infra-estrutura básica. Isso concorreria

certamente para a consolidação dos novos conjuntos ou loteamentos, facilitando sua incorporação ao cotidiano da cidade.

No decorrer do ano de 2000 com a implantação das fábricas de calçados atraiu um considerável número de migrantes do interior do município serrinhense e das cidades circunvizinhas, assim, dois novos loteamentos foram incorporados ao bairro: Loteamento Bela Vista (2003) e Loteamento (Portal da Cidade). Esses loteamentos foram implantados com precárias infra-estruturas, destinados para ocupação popular.

Assim, na sociedade capitalista, o caráter especulativo do solo urbano tido como mercadoria é priorizado em detrimento da sua função social. Habitar a cidade vincula-se ao poder de comprar uma mercadoria acessível apenas àqueles detentores do capital; aos demais restam as periferias, desprovidas da presença do poder público. Pode-se, portanto, afirmar que a apropriação desigual do espaço urbano é produto e reflexo dos ditames capitalistas ordenados pelos proprietários fundiários e avalizados pelo Estado, revelados na segregação sócio-espacial (CARLOS, 2001).

O Estado

A intervenção do poder público no espaço urbano ocorre de diversas maneiras. Cabe destacar as principais: elaboração e execução de políticas para implantação de infra-estrutura e equipamentos urbanos e de leis que regem a estruturação do espaço urbano, captação de impostos e contribuições, produção de moradias, entre outras.

Para Martin (1984) a atuação do Estado

[...] tem sido bastante complexa e variável tanto no tempo como no espaço, o que acaba refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte. Atua como grande industrial, que passa a consumir espaço e localizações específicas, regulador do uso do solo e alvo dos chamados movimentos urbanos. Também como proprietário fundiário e promotor imobiliário (MARTIN, 1984, p. 219).

Fica assim explícito que o Estado se encontra inserido nas relações sociais e que faz parte desse contexto, não se admitindo a noção de um Estado neutro e garantidor do bem comum. Segundo Engels, “é antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se

enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis [...]” (ENGELS, 1979, p. 191).

A partir da periodização por gestões municipais torna-se possível compreender a intervenção do Estado no espaço urbano, visto que cada gestão apresenta diferente dinâmica, estratégia e ação na produção do bairro Cidade Nova (Quadro 1).

Quadro 1 - Síntese das principais ações das gestões municipais no bairro Cidade Nova no período - 1980-2008

Gestão – Período	Principais Ações
Aluizio Carneiro 1980-1984	Lei Loteamentos 141/84; Ampliação redes elétricas e água; Construção de Escola, posto de saúde.
Antonio Josevaldo Lima 1985-1992	Investimentos em abertura, adequação e cascalhamneto de estradas rurais, facilitando a circulação no espaço rural.
Claudionor ferreira da Silva 1993-1996	Construção das Creches: Mundo Feliz e Mãe Maria; Reforma do posto de saúde.
Paulino Alexandre Santana 1997-2000	Ampliação da iluminação pública no bairro; Pavimentação de algumas ruas e transporte coletivo; Regularização do Loteamento Cidade Nova; Implantação das Fábricas de Calçados VIA UNO; Regularização do loteamento Cidade Nova através da Lei 476/00.
Antonio Josevaldo Lima 2001-2004	Elaboração e aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (2002) pela Lei 581/02; Reurbanização do bairro; Asfalto da rua das fábricas; Iluminação pública; Implantação das Fábricas de Placas e Reatores.
Claudionor Ferreira da Silva 2005-2008	Criação de política de desenvolvimento industrial Lei 1006/06 Construção dos colégios José Maria de Magalhães Neto e Maria Àurea Pimentel Ferreira.

Fonte: Prefeitura Municipal de Serrinha, 2008.

Elaboração: Arlete dos Santos Sena, 2009.

O poder público municipal, ao implantar infra-estrutura nesse bairro, procede de acordo com o seu orçamento e as suas prioridades. Normalmente o ritmo de

implantação da infra-estrutura é menor que o ritmo de crescimento da cidade, ou seja, os anseios da população só irão ser atendidos à medida que for prioridade política, ou quando interessarem ao caráter eleitoral. Corrêa (2000, p.31) confirma essa situação dizendo que “o Estado poder vir a implantar alguma infra-estrutura urbana, a partir de pressões exercidas pelos moradores organizados em associações, ou a partir de interesses eleitoreiros.”

Como visto através das gestões, o Estado, mediante a legislação e seus representantes legais, reveste-se do poder de interventor legítimo no espaço, seja este rural ou urbano. No entanto, é no urbano que as intervenções são mais expressivas, é neste espaço que se concentram as aglomerações de pessoas e atividades. O capital, não menos poderoso, tem artimanhas menos perceptíveis para apoiar sua atuação, condição que não o impede de estar mais presente e ser acentuadamente incisivo.

Nesse contexto, a atuação do poder público na década de 1980 caracterizou-se pela permissão de abertura de loteamentos em desacordo com a legislação vigente naquela época², resultando na implantação de loteamentos sem infra-estrutura (pavimentação vias principais, redes de água e energia elétrica, meios fios etc). Somente a partir da década de 1990 que as gestões municipais passaram a preocupar-se em manter um maior controle da urbanização.

A elaboração do PDDU (2002) representou um avanço para a Cidade Nova, visto que muitas das deficiências diagnosticadas foram amenizadas e em alguns casos sanadas no decorrer das gestões posteriores a sua aprovação como a regularização de alguns terrenos clandestinos, criação do distrito industrial, implantação de rede e estação de tratamento de esgoto, entre outras.

O poder público também intervém no espaço construído com oferta de moradias, por meio das chamadas casas populares. Como em praticamente todas as cidades brasileiras, em Serrinha a ação do Estado (na esfera municipal) também materializam ações segregadoras, já que confinam descapitalizados distante do centro e criam vazios urbanos favoráveis a especulação, oneram custos de instalação de infra-estruturas que

² Lei Federal 6766/79 regulamentava o parcelamento do solo para fins urbanos.

ficam a cargo do poder público e impõem o ônus da limitada acessibilidade àqueles que não tem outra opção para morar.

Assim, a produção do solo urbano em si, colocado à disposição da população – o solo, assento de moradia ou para o uso social - já representa alterações significativas na cidade, no bairro etc, porém, na sociedade capitalista a produção do solo urbano insere-se num contexto mais complexo. O solo urbano passa a ter um valor de troca: quanto mais trabalho lhe é incorporado, maior é o seu valor de troca e, conseqüentemente, menos acessível ele se torna, dadas as desigualdades sociais que imperam em praticamente todas as cidades brasileiras.

Isso acabará por refletir na segregação e suas facetas no urbano, que influenciará a vivência das pessoas, padrões, locais, formas e aspectos das residências. Através da divisão entre as diferentes áreas residenciais na cidade, devido aos reflexos da estrutura social de classes (CARLOS 2001; CORRÊA, 2000).

Os promotores imobiliários

Constituem-se em agentes produtores do espaço urbano, dada a sua capacidade em mobilizar a comercialização ou transformação do capital mercadoria em capital-dinheiro, sempre acrescido de lucros, atividade orquestrada pelos corretores.

No bairro Cidade Nova percebe-se que as imobiliárias mudaram sua maneira de agir: enquanto nos anos 1980 até meados da década de 1990 dedicavam-se à abertura de loteamentos, comercialização e locação de imóveis, atualmente dedicam-se à comercialização e locação. Portanto estes agentes restringem sua atuação à comercialização de imóveis.

A atuação das imobiliárias na referido bairro teve início em 1980 quando foram abertas as primeiras imobiliárias da cidade de serrinha: Vicky Empreendimentos Imobiliários (1980), Imobiliária Buriti (1980) e Imobiliária Marquiza (1980). A Imobiliária Marquiza foi responsável pela abertura e comercialização do primeiro e maior loteamento realizado na cidade, o Loteamento Cidade Nova. Esta imobiliária atuou no bairro até o final da comercialização dos lotes.

Convém salientar que o loteamento Cidade Nova foi o primeiro empreendimento imobiliário com a finalidade de disponibilizar solo urbano que rompeu o contínuo do

tecido urbano, criando ainda mais áreas de reserva de valor no interior da cidade. O loteamento já surge com caráter popular, destinado a atender o contingente resultante das migrações campo-cidade. A ausente preocupação com a instalação de infra-estrutura e equipamentos urbanos na implantação do loteamento exprime o caráter exclusivamente capitalista da ação imobiliária em detrimento das condições de vida da população.

A incorporação ao urbano das novas áreas, com reduzida preocupação urbanística, aliada ainda ao aval do poder público no sentido do descumprimento da legislação, permite às imobiliárias pautar suas ações exclusivamente na obtenção de lucro, em detrimento das condições de vida da população. Resulta deste contexto uma cidade marcada pela fragmentação da malha urbana; com vazios urbanos que, além de fortalecer o caráter especulativo, negam à cidade traços de urbanidade, dada a ocupação com atividades agropecuárias; com custos de manutenção e instalações de infra-estrutura que assolam os cofres públicos; e, finalmente, uma sociedade que usufrui a cidade de forma desigual e injusta (CORRÊA, 2000).

Pode-se afirmar que historicamente, as imobiliárias desempenharam e desempenham importante papel na produção do espaço urbano Cidade Nova, tanto na oferta de solo urbano, numa primeira fase, como na atuação na esfera financeira, através de transações comerciais nas quais o terreno e/ou habitação restringem-se a capital mercadoria.

Os grupos sociais excluídos

No processo de produção de um bairro visualizamos a nossa idéia de que áreas são selecionadas, tornando-se altamente valorizadas e elitizadas enquanto que a população de menor renda, que geralmente estavam situadas nesse local, não pode usufruir das melhorias feitas em sua antiga área de morada e não tendo como pagar pelas benfeitorias realizadas na mesma, tendem a migrar para outros locais não tão privilegiados como o anterior. Desta forma, temos as áreas residenciais separadas por condições sociais, resultando em um processo de reprodução das relações de diferentes segmentos, pois é nos bairros que as diversas classes sociais se reproduzem.

Nesse sentido, os agentes sociais excluídos exercem um papel de suma importância na produção do espaço urbano do bairro Cidade Nova, na medida em que sua ação define a concepção de forma de (re) produção desse espaço e, por efeito, da expansão espacial. À medida que esses grupos instalaram-se em terrenos vazios próximos as fábricas de calçados VIA UNO, agonizando em loteamentos clandestinos, nos quais enfrentam diversas dificuldades pela falta de infra-estruturas etc. Foram esses imigrantes os principais agentes responsáveis pela expansão espacial do bairro Cidade Nova, em busca de sobrevivência na cidade serrinhense.

Estabeleceu-se assim um processo de segregação sócio-espacial, no qual a distribuição populacional no espaço urbano se constitui em funções dos níveis de renda ou de classe social (CORRÊA, 2000).

Assim, os grupos sociais excluídos ao ocuparem terrenos públicos ou privados no bairro cidade Nova torna expressiva a sua expansão e efetivamente tornam-se agentes modeladores do espaço urbano. Nesse sentido, a produção do espaço urbano é fruto do trabalho humano no processo de organização de sua própria vida. Essa organização materializa-se no espaço e suas formas assumem um papel importante na condição e reprodução social.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A produção do espaço urbano caracteriza-se pela dinamicidade e pelas transformações existentes no seu interior, uma vez que reflete as características de uma sociedade feroz que, além de capitalista e segregada, deixa para este recorte o reflexo desigual do acesso aos meios por parte dos seus agentes sociais (CORRÊA, 2000).

No bairro Cidade Nova, observar-se que as ações dos agentes ocorrem de forma articulada e interdependente, à medida que, alguns grupos sociais, geralmente os de maior poder econômico ou político, agem no espaço de forma articulada, submetendo os outros segmentos à lógica da expropriação capitalista, que é obtenção de lucro. Nesse sentido, a produção do espaço urbano supracitado funda-se na lógica capitalista em que mesmo sendo a cidade uma produção social, sua apropriação se dá de modo privado, o que evidencia que cada indivíduo tem direito de ocupar o espaço que sua renda permite.

Assim, o espaço urbano e o próprio bairro expressa a atuação desses agentes, que, embora antagonísticos em seus interesses, acabam por se articular entre si. É a materialização dessas relações de classe que aí se estabelecem, pois revela em suas formas espaciais a própria estrutura de classe, resultado do sistema capitalista.

Portanto, a produção deste espaço pode ser compreendida a partir das ações dos agentes produtores do espaço urbano, onde atuam em concordância ou discordância, de maneira direta ou indireta, com menor ou maior intensidade sempre de maneira conjugada num jogo de forças que se materializa no espaço.

REFERÊNCIAS:

CARLOS, A. F. A. “Novas” contradições do espaço. In: CARLOS, A. F. A.; DAMIANI, A. L.; ODETTE, C. de L. (Org.). **O espaço no fim do século**: nova raridade. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

ENGELS, F. **A dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRANCO, T. **Serrinha**: a colonização portuguesa numa cidade do sertão da Bahia. Salvador: EGBA/ Assembléia Legislativa do estado da Bahia, 1996.

MARTIN, A. R. **O bairro do Brás e a deterioração urbana**. 1984. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

PRFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA. **PDDU** - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano 2002. Serrinha, 2002.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

SOUZA, M. L. **O bairro contemporâneo**: ensaio e abordagem política. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 51, n.2, p.139-172, abr./jun. 1989.

_____. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.